

Contribuições do Estágio Supervisionado I em Química: inclusão nos espaços escolares visitados

Elaine Cristina da Silva Bezerra
Licenciatura em Química IFSC-SJE
Graziela Raupp¹
Talles Viana Demos²

Resumo: Este relato tem por objetivo refletir sobre as atividades vivenciadas no Estágio Supervisionado I, no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Câmpus São José (IFSC-SJ), com foco na inclusão em espaços formais de educação. As atividades ocorreram em duas escolas distintas a saber: (i) Instituto Federal de Santa Catarina - Palhoça Bilíngue (IFSC-PHB), em turma de graduação em pedagogia bilíngue em LIBRAS, e (ii) IFSC, Câmpus de São José (IFSC-SJE) com estudantes do curso técnico de nível médio de Operador de Computador do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O contato com essas as turmas, possibilitou identificar os desafios referentes à comunicação e a necessidade de refletir sobre conhecimentos e aspectos relativos ao tema inclusão.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Inclusão; PROEJA; Estudante Surdo; Imigrantes.

1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é um momento muito aguardado na licenciatura, onde o estudante tem a possibilidade de colocar em prática o conhecimento adquirido, é no chão de sala de aula onde busca aprender praticando. Entretanto é comum ouvir no discurso de alguns estudantes que há uma cisão entre teoria adquirida durante a graduação e prática de ensino em sala de aula. Inevitavelmente criou-se uma visão que a prática está desvinculada da teoria, gerando um momento de expectativas por um aprendizado baseado em erros e acertos condizentes com realidade existente.

O Estágio sempre foi visto como parte prática dos cursos, todavia é comum ouvir dos estudantes que a prática se aprende atuando em sala de aula. Julgam que a maioria dos professores são teóricos demais e que na prática as situações parecem se afastar ‘da teoria’ e, por vezes, de pouco ou nada servem. Isso revela, via de regra, um condicionante para que a

¹ Doutorado em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São José, Santa Catarina, Brasil.

² Mestre em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São José, Santa Catarina, Brasil.

formação inicial do professor, não seja fundamentada teoricamente durante sua atuação profissional e nem a prática é vista como referência para tal fundamentação teórica (PIMENTA; LIMA, 2012).

A prática e a ação docente não podem ser separadas da teoria e a prática deve ser intencional contribuindo para a reflexão. Podemos caracterizar a teoria como um conjunto de conhecimentos e a prática por um instrumento que busca concretizar o aprendizado baseado nesses conhecimentos, há uma relação entre elas, uma complementa a outra.

Buscando superar a dicotomia entre a atividade teórica e prática, movimentos teóricos recentes, expõem duas perspectivas, uma em relação à década de 1980, onde estágio era definido como atividade teórica que permite conhecer e se aproximar da realidade, e, mais recentemente, com a contribuição da epistemologia da prática, ao diferenciar conceito de ação (que diz dos sujeitos) e o conceito de prática (que diz das instituições) (PIMENTA; LIMA, 2012). A compreensão dessa relação alavancou estudos e pesquisas que buscam novas perspectivas para concepção de estágio que estimulem a reflexão a partir da realidade (PIMENTA; LIMA, 2012).

O Estágio Supervisionado, possibilita visitas a espaços formais e informais, viabilizando que futuro professor observe as possíveis estratégias de atuação profissional, partindo de encontro com realidade onde se dá processo de ensino e aprendizagem na prática, contribuindo para formação de professor reflexivo. Segundo Freire (2017, p. 40) “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.”

Dessa forma, o estágio não é compreendido genuinamente por atividade prática, mas também de natureza teórica, instrumentalizadora da práxis docente, uma atividade transformadora da realidade, [...] “o estágio curricular é uma atividade de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção da realidade” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 45). Dito isso, é no contexto da sala de aula, da escola e da sociedade que a práxis ocorre (PIMENTA; LIMA, 2012).

Teorias abordadas durante a formação docente permitem ao futuro licenciado, construir pensamentos e gerar ideias produzindo novas formas de transpor o conhecimento adquirido, possibilitando ao estudante colocar em prática as metodologias de ensino e aprendizagem por meio de experimentação dentro dos espaços escolares, e refletir sobre a sua prática de ensino.

Diante disso, a sala de aula é espaço de conhecimento que deve ser estudado, em busca de compreender os processos de ensino, é na sala de aula que professor divide o seu

conhecimento, sua cultura, sua história de vida e sua visão do mundo (PIMENTA; LIMA, 2012).

As contribuições do Estágio Supervisionado são inúmeras, dentre elas destacam-se, as discussões teóricas em sala de aula, as práticas de ensino e a promoção da reflexão, no estágio o futuro docente busca inspiração e melhorias na sua prática de ensino.

2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFSC-SJE

O Estágio Supervisionado I, foi um dos momentos mais aguardados, possibilitou visita a espaços formais de educação, nos mostrou uma realidade ainda não explorada, despertou a consciência para reflexões sobre particularidades individuais dos estudantes observados e observadores. Em especial, permitiu à autora deste relato a experienciar e estabelecer reflexões sobre a diversidade e inclusão; objetos deste relato. Ademais, no decorrer da componente curricular aconteceram momentos de debates e discussões, em busca de ferramentas pedagógicas que nos auxiliem na trajetória docente, resultando em experiências geradoras de ideias e reflexões que causaram efeitos nos estágios seguintes.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) contempla diversos elementos, dentre eles a concepção e a composição das atividades do Estágio Supervisionado. O PPC é um instrumento de gestão acadêmica, que busca definir as concepções pedagógicas, metodológicas, estratégias de ensino e aprendizagem, considera ainda a intencionalidade, os objetivos educacionais, profissionais, sociais, culturais e políticos, objetivando um desenvolvimento profissional docente, que favoreça a reflexão sobre as ações e propicie a intervenção na realidade.

O Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Química do IFSC-SJE (2015, p. 21) revela que:

[...] A prática como componente curricular é transversalizada por meio de atividades que promovam a ação-reflexão-ação, a partir de situações-problemas próprias do contexto real de atuação do professor. As práticas serão realizadas, especialmente, mediante aproximações com os espaços educativos formais e não formais e, quando não prescindem de observação e ação direta, poderão acontecer por meio das tecnologias da informação e da comunicação [...].

Aguiar *et al.* (2019, p. 61) salientam que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), prevê o desenvolvimento de certas compreensões durante a componente curricular de Estágio Supervisionado I, dentre elas:

Identificar os diferentes campos de atuação do licenciado em Química. Compreender o processo de pesquisa para/na formação de professores. Conhecer diferentes espaços educativos formais e não formais. Conhecer procedimentos éticos em pesquisa: uso de imagens, termo de consentimento, relação com os ambientes institucionais, relação com sujeitos da pesquisa, plágio. Posicionar-se como um pesquisador, **desenvolvendo modos de observação que o capacitem a refletir sobre a prática pedagógica**. Estabelecer articulações entre as diferentes instituições de ensino formal e não formal, observadas com os âmbitos sociais, culturais, políticos e pedagógicos em que as mesmas estão inseridas. Elaborar diário de campo como instrumento de registro e reflexão do processo de pesquisa/estágio. Socializar o diário de campo no Seminário de Estágio (**grifo nosso**).

Uma das atividades do Estágio Supervisionado I é a observação, onde o futuro professor tem a possibilidade de conhecer sobre a prática (e ação) docente, identificar possíveis dificuldades, buscar por melhorias no processo de ensino e aprendizagem, trocar informações e fazer sugestões.

A observação em sala de aula pode ser entendida como uma coleta de informações sobre o ensino, demonstrando-se como uma prática reflexiva, onde o futuro professor pondera sobre os fatos ocorridos durante a aula, vislumbrando outras possibilidades de atuação. Para obter tais objetivos desejados - na componente curricular - é necessário o planejamento destas observações. Por consequência, compreende-se que todos os envolvidos neste processo tenham ciência de que forma se dará essa coleta de dados. Assim o observador não observa para aprender algo (ou avaliar algo/alguém), mas para, a partir do contexto que lhe é oferecido, refletir sobre sua futura atuação dentro de sala de aula. Diante disso, é perceptível a importância do estágio na formação inicial do docente. O período de observação é um dos fatores que contribuem para a formação, sendo que as observações devem ser um hábito constante na vida do professor (NODARI; DE ALMEIDA, 2012).

A aproximação com estudantes, docentes e comunidade educativa durante o Estágio Supervisionado permite criar vínculos, promovendo a interação, que consequentemente contribui no processo de ensino e aprendizagens significativas.

A observação em sala de aula proporciona interação entre docentes e estagiários, possibilita que estagiários se deparem com diversos aspectos do ensino e aprendizagem, reflitam sobre as suas ideias, tragam seus questionamentos, suas dúvidas e sugestões, além de facilitar a troca de relato de experiências dos sujeitos que participam deste processo, propiciando o desenvolvimento didático pedagógico favorecendo o pensamento crítico-reflexivo (NODARI; DE ALMEIDA, 2012).

Partindo da ideia da prática como imitação de modelos (mas não apenas dela), pode-se aprender a partir da observação, imitação, reprodução e re-elaboração de modelos existentes. Os estagiários aprendem observando, imitando e, sobretudo, construindo o seu modo de agir a partir de análise crítica dessas observações (LIMA; PIMENTA, 2006).

3. EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS

A primeira observação ocorreu no IFSC-PHB, com estudantes de graduação em Pedagogia Bilíngue em LIBRAS, que é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade bilíngue – Libras, sendo o primeiro na América Latina a ofertar o ensino profissionalizante para surdos. Em seu Projeto Pedagógico Curricular (PPC), o Câmpus Palhoça, articula o ensino, a pesquisa e a extensão a partir dos itinerários formativos de multimídia e educação bilíngue, ofertando cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino. O câmpus forma educadores bilíngues com foco na Língua Brasileira de Sinais e na Língua Portuguesa, para atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e em cursos de Magistério, além das áreas de coordenação, orientação educacional, supervisão escolar, treinamento e desenvolvimento profissional.

O IFSC-PHB, em consonância com a Declaração de Salamanca (1994), busca trazer uma educação inclusiva reforçando a ideia de “educação para todos”, tendo como missão promover a inclusão, possibilitando que os estudantes com deficiência auditiva tenham acesso à educação, e também disponibilizam cursos dentro da proposta bilíngue com intuito de capacitar futuros professores para atuarem promovendo a inclusão.

Mediante o exposto, o IFSC-PHB é uma escola inclusiva que proporciona a interação entre estudantes, docentes e comunidade escolar em busca de uma comunicação efetiva. A comunicação é imprescindível no processo de ensino e aprendizagem. A educação bilíngue toma a língua dos sinais como própria dos surdos, assim sendo a primeira língua que deve ser adquirida, a proposta da educação bilíngue tem como objetivo tornar presente duas línguas (português e libras) no contexto escolar.

Com o fim de assegurar a educação de pessoas com deficiência, seja parte integrante do sistema educacional Brasil (1994, p. 01)

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia

aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

Para Freire (2008, p. 05)

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

Com propósito de garantir o direito das pessoas com deficiência foi elaborado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), objetivando a inclusão social e o acesso à cidadania plena. Desejando um novo modelo social baseado nos direitos humanos, buscando minorar as barreiras de exclusão e incluir o deficiente na sociedade.

Portanto a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. [...] Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Em busca de garantir os direitos das pessoas com deficiência, a Lei nº 9.394 de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

[...] Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (BRASIL, 1996).

A Lei 9.394/1996 que contempla a educação especial, fornece normas que asseguram o atendimento especializado aos estudantes que necessitam, garante direitos aos estudantes deficientes, incluindo as estruturas físicas necessárias para o acolhimento, define os espaços onde ocorrem esses atendimentos. Inclusive disponibiliza informações importantes sobre a formação dos professores, os quais irão atuar com estudantes na educação especial, e principalmente busca concretizar o direito à educação inclusiva.

No entanto, como alerta Junior, Hardoim e Pádua, (2017, p. 27):

O atual estado de coisas nos revela que, muitas vezes, as escolas “inclusivas” para algumas pessoas são meras escolas integrativas, onde os surdos são apenas inseridos, sem garantia de uma educação de qualidade. Desta forma, é emergente a necessidade de se entender o que é inclusão no contexto escolar e selecionar métodos e estratégias inclusivas que atendam a todos os alunos, considerando suas limitações e potencialidades. Só assim estaremos caminhando na direção correta de um processo longo do fazer inclusivo.

A educação bilíngue é responsável por suprir as necessidades dos estudantes surdos, revelando a importância do professor que domina libras, permitindo ao professor conhecer melhor o estudante, favorecendo a construção de estratégias de ensino, em busca do desenvolvimento e superação de limites deste estudante.

Segundo Junior; Hardoim; Pádua (2017, p. 28).

Dentro de uma sala de aula, encontramos as diversidades. No caso das que possuem alunos ouvintes e surdos, é preciso que garantir, no mínimo, a comunicação entre os sujeitos em um mesmo ambiente, para que possam, dentro de um processo de ensino-aprendizagem, socializar seus saberes por meio da interação. É preciso considerar, ainda, que se trata de uma relação entre sujeitos que compartilham línguas de modalidades diferentes, uma oral-auditiva e outra gesto-visual.

A educação que encontramos hoje nas escolas é predominante oralista, para que ocorra a inclusão precisamos dar aos estudantes surdos as mesmas condições de comunicação que os estudantes ouvintes. Os estudantes surdos se orientam a partir da visão, assim sendo o professor deve buscar meios de mediar a comunicação em sala de aula, possibilitando que o estudante adquira a língua oral.

O IFSC-PHB por se tratar de uma instituição com foco formativo bilíngue, possui um estúdio para criação de material áudio visual, sendo a única unidade a possuir no seu quadro de servidores uma equipe especializada para criação e suporte para ferramentas pedagógicas audiovisuais. A equipe é composta por profissionais relacionados à animação digital, *web design*, produção de tecnologia e multimídia. Possui também laboratório de áudio e vídeo, onde os docentes e profissionais intérpretes utilizam para gravar, filmar e editar os materiais,

podendo também ser utilizado nas aulas, permitindo o acesso dos estudantes aos equipamentos.

Salienta-se ainda que o professor é o mediador no processo de ensino e aprendizagem e o intérprete de libras, o intermediador neste processo. Portanto o intérprete é mediador da comunicação entre surdos e ouvintes em sala de aula, assim sendo é necessário que o intérprete tenha acesso ao material a ser desenvolvido em aula com antecedência, para que possa estudá-lo e caso surjam dúvidas que possa saná-las com o docente, para que, posteriormente, possa realizar uma interpretação satisfatória (JUNIOR; HARDOIM; PÁDUA, 2017).

Durante a observação constatou-se a presença de duas professoras e duas intérpretes, sendo que uma das professoras possui graduação em Ciências e Especialização em Inclusão, e a outra em Física. As intérpretes possuem graduação em libras. Com propósito de garantir, aproveitamento acadêmico, os professores se comunicavam em ritmo normal na fala, se posicionavam diretamente em frente aos estudantes e se locomoviam pouco próximo ao quadro. Dentro da sala de aula, foi possível observar que a sala estava estrategicamente organizada em três ilhas em disposição em L, para facilitar e permitir que todos os estudantes presentes tivessem acesso visual do local onde estavam os professores e intérpretes.

Gaudiot (2010, p. 67) aponta que a acomodação do estudante surdo em sala de aula favorece o aprendizado

O lugar ideal: de onde se pode tudo ver. Na segunda fila, entre dois alunos e de costas para a luz. Desta maneira o aluno poderá ver melhor o quadro e o professor para aproveitar de maneira mais eficiente as mensagens gestuais e se utilizar da leitura labial, ver os alunos da primeira fila e ao lado dele para acompanhar os gestos dos mesmos em relação ao que acontece no ambiente e conseguir ler o que está no quadro sem ser perturbado por reflexos de luz (apud TAGGER, 1994).

Em busca de facilitar a comunicação e a interação entre os estudantes ouvintes e surdos, Gaudiot (2010), recomenda uma forma da disposição do mobiliário em salas de aulas regulares em espaços formais de educação, visto que nos deparamos com uma sala de aula com seus mobiliários dispostos em fileiras. Todavia, no IFSC-PHB, também espaço formal de educação, conta com uma estrutura diferente da referenciada para o atendimento dos estudantes surdos e demais interessados no ensino nestas situações. Dessa forma, tanto o referencial supracitado quanto a experiência vivenciada, permitem exprimir a importância e necessidade de proporcionar melhores condições dentro das condições dispostas em cada ambiente que se ensina.

A segunda observação foi no (IFSC-SJE), com estudantes na modalidade Proeja, onde a presença majoritária entre os estudantes era de imigrantes estrangeiros, que possuíam muitas dificuldades de aprendizado linguístico por não terem o domínio da língua portuguesa, tornando a inclusão destes estudantes algo desafiador para os professores. A presença do imigrante traz novas questões a serem discutidas e avaliadas pelos atuais e futuros docentes, sendo que a língua materna é uma ferramenta importantíssima para comunicação e apreensão do conhecimento.

De acordo com Projeto Pedagógico do Curso (PPC) PROEJA - Operador de Computadores, IFSC (2015, p. 02) tem como objetivo:

[...] promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. De acordo com o seu Projeto Pedagógico Institucional, o IFSC tem comprometimento com a educação profissional em diferentes níveis, etapas e modalidades em uma perspectiva emancipadora e cidadã, por meio de uma ação educativa inclusiva.

Tendo em vista a importância da cidadania intercultural, se faz necessário reconhecer as dificuldades de interação e diálogo entre estudantes imigrantes e docentes. Sendo o diálogo uma ferramenta mediadora para construção do conhecimento, ressaltamos a importância da educação dialógica, onde os estudantes participem ativamente do processo de ensino e aprendizados mediados pelo mundo.

Na educação como prática da liberdade, o diálogo começa antes do encontro pedagógico entre professor e estudantes, a dialogicidade tem início quando o professor se pergunta em torno do que vai dialogar com estes estudantes (FREIRE, 2005).

Estudantes estrangeiros demonstram dificuldade de interpretação, por não possuírem certa fluência da língua portuguesa, gerando um problema que afeta a todos (estudantes estrangeiros, brasileiros e a professora) que atuam neste processo de ensino e aprendizagem, como mediadores nas situações cotidianas de sala de aula e como intérprete da língua materna brasileira.

Para Barbosa e Bernardo (2017, p. 60):

Ao ensinar, de acordo com os pressupostos da pedagogia da autonomia, devemos respeitar os saberes socialmente construídos pelos/as aprendentes na prática comunitária. Discutir os problemas por eles/as vividos, estabelecer uma intimidade entre os saberes e a experiência social que eles/as têm como indivíduos, discutir as implicações políticas e ideológicas, e a ética de classe relacionada a descasos.

Perante as dificuldades de interpretação ocorridas no decorrer das aulas, a professora responsável pela turma comenta que os estudantes estrangeiros comunicam entre si e se ajudam com as interpretações e atividades escolares. Em relação ao material didático, o mesmo é organizado e editado pela professora de maneira a deixar o conteúdo mais compreensível, aos estudantes.

Freire (2017, p. 42) cita que:

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador [...].

Esta observação em específico ocorreu no câmpus IFSC/SJE, possibilitando um encontro posterior a observação com a professora da turma, que ministra a disciplina de linguagens na turma do PROEJA, resultando em uma roda de conversa, favorecendo a troca de ideias entre a professora e os estagiários. Oportunidade essa de discussão sobre as dificuldades de comunicação dos estudantes imigrantes, realidade que é pouco explorada dentro da instituição. Neste câmpus há uma grande inserção de estrangeiros na modalidade Proeja, além das dificuldades esperadas referentes aos conteúdos, os mesmos possuem também dificuldades de compreensão da língua portuguesa. Em sua maioria utilizam de outra língua (Créole) para se comunicar, assim percebe-se um obstáculo ainda maior no processo de ensino e aprendizagem.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 no Art. 5º garante que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1998).

Com o propósito de acolher e promover a interação entre os estudantes é necessário que se promova práticas pedagógicas e ações inclusivas, buscando que os estudantes estrangeiros consigam aprender a língua portuguesa permitindo que acompanhe e as aulas e consequentemente possam ser inseridos na sociedade como todo.

Com objetivo de minimizar as dificuldades geradas pela barreira linguística no sistema público, Siqueira e Fachinello compreendem que ao:

[...] elaborar material bilíngue (português e creole) para ser utilizado em programas de saúde da família. Sabemos que tanto com a Constituição de 1988 como com a Lei Orgânica de Saúde de 1990, que implementou o Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde é um direito garantido e universal no Brasil. Da mesma forma, o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos, fazendo-o um local importante de

destino de imigrantes, refugiados e apátridas. O acesso aos serviços de saúde também é um direito garantido a estes sujeitos (2021, p.?).

Dada a importância do acolhimento e integração ao ambiente escolar dos estudantes estrangeiros, é essencial que o futuro professor reconheça que o idioma é um dos principais problemas. No caso, a falta do conhecimento da língua portuguesa, faz com que o estudante frequente as aulas com dificuldades para interagir e se comunicar com professores e os demais colegas.

De acordo com Barbosa e Bernardo (2017, p. 60)

A barreira linguística é um dos desafios principais enfrentados por imigrantes no que se refere à adaptação a uma sociedade de acolhimento. Ao nos referirmos à língua nesta pesquisa, aludimos ao construto língua-cultura, entendido como um processo que envolve não só o conhecimento linguístico estrutural de uma língua, mas também suas variantes sociais e os elementos culturais intrínsecos ao pensamento humano, transformados pela língua e transmitidos por meio dela..

Quando a comunicação entre professor e estudante é prejudicada pela falta de compreensão da língua utilizada no processo, resulta em muitas dificuldades, esta barreira linguística dificulta a comunicação assertiva entre duas ou mais pessoas, impedindo que o sujeito consiga transmitir uma mensagem ou expresse suas ideias.

Barbosa e Bernardo (2017, p. 61)

[...] o papel do professor traduz-se também como um amenizador do conflito inicial entre aprendente e língua, permitindo que o/a mesmo/a comece a vê-la como um recurso de mediação entre ele/a e a sociedade que o/a recebe, bem como, percebê-la como aliada no processo de adaptação e de pertencimento ao novo ambiente, que não é o seu lugar, sua casa.

Ao se pensar no ensino da língua portuguesa como uma forma de acolhimento, assegura-se ao imigrante, o direito à cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever este relato, a autora coloca em prática seu papel de futura docente reflexiva. O contato com a Pedagogia Bilíngue reforçou a necessidade de buscar conhecimentos relativos ao tema inclusão, tendo vista de que logo estará atuando em sala de aula para receber os estudantes considerando, sobretudo, suas necessidades. As pesquisas que compuseram este relato permitiram conhecer a legislação e constructos da literatura especializada que buscam legitimar os direitos das pessoas deficientes. Ainda acerca da

inclusão em contato com a turma do Proeja do IFSC-SJE foi possível identificar desafios referentes à comunicação decorrente da diferença linguística entre os idiomas Português brasileiro e o Francês Criolo. É um problema pouco discutido que atinge os estudantes estrangeiros, e de certa forma torna-se excludente. Em virtude desta dificuldade é necessário que o futuro docente busque conhecer e implementar práticas pedagógicas e ações inclusivas que possam contribuir ativamente no processo de formação dos estudantes voltada para a cidadania independentemente de sua origem. Não obstante a outros cenários brasileiros, ao longo dos anos houve um aumento de imigrantes na região de São José. Fato este que, atualmente para ingressar no curso do PROEJA/SJ, não se é exigido que estudante tenha domínio da língua portuguesa, entretanto o câmpus busca oferecer curso Português e Cultura Brasileira na modalidade Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), com objetivo ensinar a língua portuguesa, sendo que para este curso, há um alto índice de procura, principalmente pelos estudantes imigrantes e refugiados. Mediante o contexto atual, e este relato de experiência, salienta-se a importância de refletir sobre a inclusão da disciplina de português para estrangeiros (língua materna) no curso do PROEJA/SJ, com objetivo de proporcionar a inclusão dos imigrantes e refugiados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paula Alves; DREWS, Franciele; DEMOS, Talles Viana; PEREIRA, Giselia Antunes; VAZ, Kamille. Estágio Supervisionado na Formação Docente: experiências e práticas do **IFSC-SJ**, 2019.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; Bernardo, Mirelle Amaral de São. A importância da língua na integração dos/as haitianos no Brasil. **PERIPLoS: Revista de Pesquisas sobre Migrações**, v. 01 n° 01, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5875>. Acesso em: 30 de jun. de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. **Dos Direitos E Garantias Fundamentais**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Ed. 55, São Paulo: **Editora Paz e Terra LTDA**, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005.

FREIRE, Sophia. Um Olhar Sobre a Inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5299>>. Acesso em 13 de jun. de 2022.

GAUDIOT, Denise Maria Simões. **Sala de aula para surdos: recomendações ergonômicas**, 2010, 168 f. Dissertações (Mestrado em Design) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3348>>. Acesso em: 20 jun. de 2022.

IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Projeto Pedagógico de Curso Licenciatura em Química. Deise Juliane Mazera (Coordenadora) Daiana Colombo Figueredo Eder da Silva e Sá Giselia Antunes Pereira Manuel Sebastián Rebollo Couto Patricia Akemi Tuzimoto Paula Alves de Aguiar Vidomar Silva Filho Vinícius Jacques. São José, 2015. Disponível em: <https://wiki.sj.ifsc.edu.br/index.php/Portal_da_Qu%C3%ADmica_-_Licenciatura>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

JUNIOR, Josue Shimabuko Buracof; HARDOIM, Tatianne Fernanda Lopes; PÁDUA, Dinaura Batista de. *Necessidades Educacionais do Surdo*. Ministério da Educação: Educação Aberta do Brasil. **UFMT-MT**, 2017. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429948/2/Fasc%C3%ADculo%20necessidades%20educacionais%20do%20surdo%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. *Estágio E Docência: Diferentes Concepções*. **Póiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 13 maio de 2022.

NODARI, Janice Inês; DE ALMEIDA, Mariza Riva. Refletindo Sobre A Agência Docente Através Da Observação De Aulas. **Revista X**, [S.l.], v. 2, dez. 2012. ISSN 1980-0614. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/29306>>. Acesso em: 05 maio 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. Ed. 7, São Paulo: Editora Cortez, p. 33, 44-45, 2012.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de; FACHINELLO, Sandra A. R. Atualização do material bilíngue para atendimento de imigrantes haitianos nos serviços públicos no município de São José - 2021. **IFSC - Instituto Federal de Educação**. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/noticia/6529884/projeto-do-c%C3%A2mpus-s%C3%A3o-jos%C3%A9-lan%C3%A7a-aplicativo-para-imigrantes-haitianos>>. Acesso em: 05 de jul. de 2022.